



CONEPE 2018
**V CONGRESSO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO**

Ciência para promoção da equidade.

**INSTITUTO
FEDERAL**
Fluminense
Campus
Campos Guarus

ISSN 2525-975X

Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo: entre a regulação legal e a prática socioeducativa, no município de Campos dos Goytacazes-RJ

RENATA MELO DE SOUZA

O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado (2015-2017) realizada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF tendo como tema central problematizar a proposta de socioeducação implementada pelo Governo Federal, desde 2012, para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Esta foi instaurada por meio da lei 12.594/12 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE no que se refere à proposta de socioeducação, ressocialização e profissionalização dos adolescentes em cumprimento da liberdade assistida no município de Campos Goytacazes- RJ. Assim, a pesquisa teve o objetivo de investigar quais as ações efetivas que o Estado brasileiro vem desenvolvendo com o objetivo de promover a profissionalização dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa. No cumprimento da liberdade assistida, os adolescentes devem ser, obrigatoriamente, vinculados a instituições de ensino que visem promover a sua 'reintegração'. Quanto a metodologia adotada a pesquisa foi de cunho quanti-qualitativo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que é a instituição executora do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Nesta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os técnicos dos CREAS que executam o trabalho socioeducativo e também com o promotor de justiça. Ademais, foram pesquisados os Planos Individuais de Atendimento- PIAS dos adolescentes atendidos referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016 no CREAS II, com objetivo de verificar como estava sendo implementada a proposta de ressocialização proposta pelo SINASE e sua articulação com as políticas de assistência. Quanto aos resultados a serem apresentados, os dados obtidos na análise dos PIAs apontam o não cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, seja pela evasão e dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, o baixo acesso às políticas de transferência de renda, a falta de integração da rede de serviços ofertados pelo município campista ao público socioeducativo, demonstrando, a tímida atuação da referida lei em conseguir efetivar melhorias na vida dos adolescentes atendidos.

Palavras-chave: Educação. Liberdade Assistida. Profissionalização.